

CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Dados do observatório da Universidade Federal de MG

Mais de 335 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil

O número de pessoas vivendo em situação de rua em todo o Brasil registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal, em março deste ano, chegou a 335.151. Se comparado ao registrado em dezembro de 2024, quando havia 327.925 pessoas nessa situação, houve um aumento de 0,37% no primeiro trimestre deste ano.

Os dados são do informe técnico de abril do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com

a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/Polos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), divulgados na segunda (14). O estudo foi feito com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre o CadÚnico.

O número apurado em março é 14,6 vezes superior ao registrado em dezembro de 2013, quando havia 22,9 mil pessoas nas ruas.

Transição energética no Brasil

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, começou no domingo uma agenda na China para atrair investimentos em carros elétricos, baterias e data centers para o Brasil. A ida do ministro ao país asiático também é uma preparação da viagem do presidente Lula, prevista para o próximo

mês. O primeiro compromisso foi em Shenzhen, na sede corporativa da BYD, gigante do setor de mobilidade elétrica e energia limpa, em que já foram alinhados investimentos em duas frentes: expansão de carros elétricos e soluções de baterias para estabilização do Sistema Interligado Nacional.

Portal da Transparência

Neste sábado (19), o Portal da Transparência do Governo Federal, administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU), lança uma página com informações sobre recursos federais voltados à defesa, manutenção e proteção dos povos indígenas. A iniciativa, que ocorre em celebração ao

Dia dos Povos Indígenas, visa dar maior visibilidade ao investimento em políticas públicas relacionadas à área.

O novo espaço reúne as principais ações do Governo Federal destinadas aos povos originários. São iniciativas finalísticas promovidas por diversos órgãos e entidades.

Luz para Todos

Democratizar o acesso à energia elétrica em todo o território brasileiro, especialmente em áreas remotas, é a principal missão do Programa Luz para Todos (LPT), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Relançado em agosto de 2023, o programa tem direcionado esforços significativos

para ampliar a inclusão energética também de comunidades indígenas, respeitando suas culturas e modos de vida.

Desde a retomada do programa até março de 2025, 7.245 unidades consumidoras foram instaladas em terras indígenas, beneficiando cerca de 30 mil pessoas em oito estados.

CNIC aprecia 588 projetos culturais

Virtualmente, o Ministério da Cultura (Minc) realizou, na última quinta-feira (17), a 356ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

Ainda durante a plenária, foram apreciados 588 projetos culturais submetidos à Lei Rouanet e autorizado mais de

R\$ 610,5 milhões em incentivos fiscais.

Os recursos aprovados de renúncia fiscal pelo comitê beneficiam empresas e pessoas físicas que investem em projetos e iniciativas culturais, além de estimular o desenvolvimento social e econômico do setor produtivo.

Oceano e cultura oceânica

Em reunião que foi realizada na última quarta-feira (17/4), no Palácio do Planalto, autoridades do Governo Federal se reuniram para debater o papel dos oceanos na construção de um futuro sustentável.

Participaram do encontro da semana passada o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, o diretor-geral do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO), Segen Estefen, além de outras lideranças.

Ministra destaca proteção dos povos indígenas

No último sábado foi comemorado o Dia dos Povos Indígenas

Lula Marques/Agência Brasil



A pasta direciona esforços para a 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou no sábado (19) que a pasta está fazendo um trabalho inédito na construção das ações para valorizar os povos indígenas no país. Em postagem nas redes sociais, a ministra celebrou o Dia dos Povos Indígenas, comemorado no último sábado.

Sonia destacou que, ao longo de 27 meses de governo, teve o desafio de “colocar de pé” um ministério para correr atrás de demandas que foram negligenciadas.

“Nem sempre é fácil, mas não tenho dúvidas da necessidade e urgência do que estamos fazendo. A cada 19 de abril, reforço minha certeza de que o que estamos fazendo aqui é algo inédito”, afirmou.

A ministra também agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por um ministério forte, representativo e atuante.

“A existência de um ministério para os povos indígenas era uma coisa que poderíamos sonhar, mas era difícil pensar que seria concretizado. Fruto da nossa luta e reconhecimento do presidente @LulaOficial”, completou a ministra.

Em nota divulgada hoje, o Ministério dos Povos Indígenas

apontou desafios para a proteção dos povos indígenas. A pasta direciona esforços para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que será realizada em novembro, em Belém.

O ministério pretende apostar em negociações ambiciosas para consolidar o multilateralismo e a implementação de ações para proteger o meio ambiente e os segmentos so-

ciais impactados pelas mudanças climáticas.

“O MPI e a presidência da COP30 vêm criando caminhos para que as vozes indígenas sejam mais escutadas e que suas demandas possam ser incorporadas com maior celeridade nas agendas e encaminhamentos da COP. A razão é que a COP 30 precisa proporcionar legados para além de apenas um evento na Amazônia”, destaca a pasta.

A busca de financiamento para

apoio de organizações que atuam na defesa dos indígenas também é alvo das ações do ministério.

“Na agenda de ação, o MPI e o governo brasileiro estão engajados em anunciar novos mecanismos financeiros, como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e a renovação da Promessa, onde países e setores da filantropia se comprometem em apoiar organizações indígenas e políticas indigenistas”, informou o ministério.

Saúde Indígena conectada até 2026

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Acesso à internet de qualidade permitirá a telessaúde

O governo federal planeja interconectar todas as unidades de saúde indígena do Brasil até o fim de 2026, garantindo que todos os estabelecimentos públicos responsáveis pela atenção primária à saúde dos povos originários tenham acesso à internet de qualidade.

“Nosso objetivo é chegar até o final do ano que vem com a universalização da conectividade em todas as unidades de saúde indígenas do nosso país”, afirmou o secretário nacional de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba em entrevista à Agência Brasil, na véspera do Dia dos Povos Indígenas.

Celebrada neste sábado (19), a data promove a diversidade e a riqueza das culturas dos povos originários, além de chamar a atenção para a luta dos quase 1,7 milhão de brasileiros que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se declaram indígenas, com laços ancestrais com uma das 305 et-

nias identificadas no país.

Segundo Weibe, melhorar a conectividade dos territórios permitirá, entre outras coisas, que o Poder Público implemente a infraestrutura de telessaúde nas comunidades, garantindo que os indígenas tenham acesso a médicos especialistas sem precisar deixar suas aldeias.

“Isso também nos permitirá expandir a tecnologia da telessaúde, com a qual podemos evitar as remoções de pacientes indígenas para fora dos territó-

rios”, acrescentou o secretário.

Dos 34 atuais Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), 19 já dispõem do serviço de consultas à distância, que utiliza internet banda larga do Programa Conecta Brasil, do Ministério das Comunicações. E que, segundo o MPI, reduz o deslocamento dos pacientes, que podem realizar exames de rotina e consultas com cardiologistas, oftalmologistas, dermatologistas, pneumologistas e outros especialistas a partir dos polos

bases já devidamente equipadas. Segundo a Sesai, a iniciativa tem potencial para beneficiar a mais de 781 mil indígenas. Divididos estrategicamente por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas, os Dseis são unidades gestoras descentralizadas do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

Cada um reúne um conjunto de serviços e atividades, prestadas por meio das Unidades Básicas de Saúde Indígenas (UBSIs), polos-bases e Casas de Saúde Indígena (Casais).

“Além de garantir a inclusão dos dados [clínicos] nos sistemas de informações [nacionais], a conectividade das unidades de Saúde é uma forma de permitir que os profissionais de saúde que vão atuar nestas localidades mantenham contato com seus familiares”, acrescentou Weibe Tapeba ao falar sobre a dificuldade de manter os profissionais não indígenas nos territórios distantes dos grandes centros urbanos.

STF

Há 18 anos, STF fazia sua 1ª audiência pública

Em 20 de abril de 2007, o Supremo Tribunal Federal realizou a primeira audiência pública de sua história, convocada pelo ministro Carlos Ayres Britto para debater aspectos da Lei de Biossegurança, como o uso científico de células-tronco embrionárias em pesquisas e tratamentos. Desde então, 43 audiências públicas já foram promovidas para debater os mais diversos e complexos temas econômicos, políticos, sociais, religiosos e até filosóficos.

A Lei de Biossegurança envolveu grande debate no Congresso Nacional e dividiu a sociedade em relação ao uso científico de embriões humanos inviáveis.

CGU

Pacto Brasil pela Integridade Empresarial

Durante a posse do superintendente regional da CGU na Paraíba, Rodrigo Paiva, na última sexta, foi formalizado o ingresso, como apoiadores institucionais do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio/PB) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado (Sebrae/PB).

Tanto a Fecomércio/PB, quanto o Sebrae/PB desempenham papéis essenciais no desenvolvimento dos negócios na região, promovendo ações que impulsionam a competitividade, inovação e sustentabilidade das empresas.

AGU

Recebimento cumulativo de adicionais por militares

Militares não podem acumular o recebimento simultâneo do adicional de tempo de serviço (ATS) e do adicional de compensação por disponibilidade militar (ACDM). Esse foi o entendimento unânime da Turma Nacional de Uniformização (TNU) do Conselho da Justiça Federal (CJF), que acolheu os argumentos apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) no julgamento do Tema Representativo de Controvérsia nº 363, sobre a possibilidade de percepção cumulativa dos dois adicionais.

A tese fixada deve ser observada pelos Juizados Especiais Federais e respectivas Turmas Recursais de todo o país.

STF

Presidente do STF faz viagem institucional ao Japão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, esteve no Japão do dia 13 a esta sexta-feira (18). Em Tóquio, o ministro participou de diversos eventos, entre os quais uma reunião com o presidente da Suprema Corte do Japão, Yukihiko Imasaki, com quem trocou informações e avaliações sobre o papel dos tribunais que cada um lidera. Trataram também dos desafios compartilhados pelas cortes constitucionais nas democracias contemporâneas e falaram dos avanços no uso de novas tecnologias, em particular da inteligência artificial, na modernização do Judiciário no Brasil e no Japão.